

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO ENSINO PÚBLICO E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA COMO INDICADOR DOS RESULTADOS DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

GABRIELA TELES MEIRA CRUZ

Mestra e doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana – Assunção/PY (2018). Graduada em Letras Vernácula com especialidade em Linguística e Literatura Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Especialista nas áreas de Psicopedagogia Clínica/Institucional pelo Centro Educacional Evangélico Líber – C.E.E.L. e Faculdade Católica de Anápolis – F.C.A. e de Gestão Educacional pela Faculdade Batista Brasileira – FBB. Email gabi.tmeira@hotmail.com

UNIVERSIDADE INTERAMERICANA-PY

Esse artigo traz parte das discussões que constitui uma parte do projeto de pesquisa de uma tese de doutorado que foi apresentado à Universidade Interamericana-PY em janeiro de 2019.

RESUMO

O presente trabalho aborda questões educacionais que vem sendo bastante discutidas no contexto atual e buscar refletir acerca das avaliações externa implantadas pelo governo Federal e aplicadas no Ensino Fundamental I, bem como os resultados apresentados pelas escolas, na tentativa de verificar os obstáculos que tem impossibilitado a melhoria na qualidade educacional das instituições públicas. Neste sentido, o objetivo é pesquisar instituições escolares do município de Xique-Xique, na Bahia, entrevistando, gestores, coordenadores, professores e funcionários da Secretaria Municipal de Educação para obter informações acerca da ações que conduzem o processo educativo das escolas com índices abaixo do desejável, bem como observar se há propostas pedagógicas voltadas para as avaliações externas e para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento da educação básica que venham a contribuir com a aprendizagem dos alunos durante o ano letivo. Assim, com o estudo qualitativo e quantitativo, buscaremos alcançar informações por meio dos dados que serão coletados, após entrevista com aplicação de questionário escrito, na tentativa de compreender o contexto escolar das instituições pesquisadas, buscando analisar alguns dos entraves que afetam a melhoria da qualidade educacional e os resultados do IDEB.

Palavras-chave: Avaliações externas, Aprendizagem, Qualidade, Educação Básica, Indicadores.

INTRODUÇÃO

No contexto educacional brasileiro atual, alguns estudos vêm buscando identificar os reais motivos que impedem a melhoria da qualidade da educação no país e as avaliações externas como Indicador de Desempenho da Educação Básica é um dos instrumentos que fornecem dados por meio de amostragem do desempenho dos alunos das escolas das redes públicas de todo o Brasil. Diante dos resultados apresentados pelo Portal do Governo Federal, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - Inep podemos perceber que mesmo a partir de tantos avanços na educação e, com a implantação de diversas ações e programas das políticas públicas da educação, uma grande parcela das escolas, ainda não consegue melhorar o ensino-aprendizagem e garantir o sucesso nos resultados das avaliações externas.

Devido aos resultados negativos que algumas escolas vêm apresentando, percebe-se que há uma grande necessidade de investir em mais ações que de fato sejam pertinentes e efetivas, bem como na busca de informações por meio de investigação mais direta a respeito dos problemas que estão contribuindo para o baixo aprendizado dos alunos das instituições públicas do país. No entanto, sabemos que as políticas públicas de educação vêm ganhando destaque e ocupando o centro das discussões no cenário atual da educação brasileira, pois estudiosos apontam para a necessidade de refletir acerca da implantação dessas políticas, bem como sobre os problemas estruturais que a educação básica enfrenta para garantir um ensino que contribua para o desenvolvimento das competências e das habilidades, principalmente as que envolvem o saber ler, escrever e calcular, bem como a garantia da permanência e da aprovação dos alunos que estão inserido na educação pública de todo o Brasil.

Nesta medida, podemos ressaltar que alguns esforços já estão acontecendo para diminuir as disparidades escolares referentes à aquisição de conhecimentos e a aprovação escolar ao longo dos anos, como as políticas públicas de democratização da escolarização, de expansão do Ensino Fundamental I para nove anos, o Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), o Programa Novo Mais Educação, a implantação da Base Nacional Comum Curricular-BNCC, as avaliações externas, como: a Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e outros, vêm sendo propostos para minimizar os conflitos e empecilhos que

as escolas enfrentam durante o processo de promover um ensino de qualidade para todos. Assim, com as ações que avaliam o ensino ofertado pelas escolas, outros investimentos também são propostos, principalmente, no que se refere aos programas de formação continuada para professores, como podemos destacar o Programa de formação continuada Pró Letramento, o Plano Nacional de formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e o programa Formação pela Escola e outros, todos tinham em suas propostas como destaque, a formação dos profissionais que atuam diretamente com os alunos.

Nesta perspectiva, podemos também ressaltar que o governo federal vem buscando cada vez mais investir na educação, algumas das ações e programas estão disponíveis para todas as escolas públicas e, em alguns municípios, os governantes, também buscam outras alternativas para atender as demandas educacionais regionais e atentam para problemas substanciais que estão no seio das instituições. Diante disso, vale ressaltar que no município de Xique-xique, na Bahia, o executivo tem buscado manter a parceria com os programas do governo federal e também vem implantando outros programas municipais no Ensino Fundamental I. A proposta do município é oferecer curso de formação docente para atender aos educadores em serviço, com vista a melhoria da qualidade do ensino ofertada pela rede em seus diferentes espaços de aprendizagem, no entanto, há uma preocupação em relação aos investimentos públicos para tal proposta, haja vista, que algumas escolas ainda apresentam dados abaixo do desejável ao que se refere a aprendizagem e a aprovação dos alunos do 5º ano.

Diante disso, vale observar os resultados das pesquisas que avaliam o rendimento em relação a aprendizagem e a avaliação das escolas do município de Xique-Xique, e para tal processo, vale salientar que no levantamento dos dados, os indicadores são fornecidos por avaliações externas, como a Prova Brasil, as informações declaradas pela própria escola, por meio do Censo Escolar e outras fontes. Tais instrumentos são imprescindíveis para avaliar o funcionamento das escolas em suas diferentes especificidades, assim, o resultado obtido é referente a instituição pesquisada como um todo, em seu conjunto de ações e estruturação, levantado para garantia de um resultado verídico e individual. Neste sentido, destacamos os resultados das escolas pesquisadas que obtiveram no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no ano de 2017, retratando as questões referentes ao aprendizado e a aprovação do alunado das escolas municipais.

Neste sentido, o baixo índice de aprendizagem e o índice elevado de reprovação das escolas nos chamaram a atenção, para como as políticas públicas de educação estão sendo implantadas e asseguradas em nosso município, haja vista, que os resultados do IDEB das Escolas do Município fornecidos em 2018, não foram positivos em alguns espaços escolares. Podemos destacar os resultados da Escola Municipal Carlos Xavier, uma escola situada na zona rural que obteve 3.4 no que se refere a aprendizagem e em relação a aprovação escolar, 15 alunos não foram aprovados de cada 100 alunos matriculados, a Escola Municipal Centro Social Nanita Lacerda, o resultado é de 3.6 no IDEB e 15 alunos não foram aprovados de cada 100, a Escola Municipal Maria Custódio Chaves com resultado 3.7 no IDEB e 20 alunos não foram aprovados de cada 100, bem como a Escola Raul Teixeira Braga com 3.5 no IDEB e 18 alunos não foram aprovados de cada 100, dados estes que se encontram abaixo da média do município de Xique-Xique que é de 4.6 no IDEB, do Estado que é de 4,7 e do País que é de 5.8, escolas essas situadas em bairros diferentes do município. Dados estes que indicam que a qualidade do ensino está comprometida e que pode haver problemas ou obstáculos nos espaços escolares pesquisados, que acabam interferindo na qualidade do ensino e provocando o fracasso escolar, a evasão, a reprovação, o analfabetismo e outros, resultados estes que impedem diretamente o avanço educacional dos alunos.

Nesta medida, podemos salientar que com a pesquisa, buscaremos diagnosticar os problemas que as escolas enfrentam e devido a tal, os resultados não vem sendo os desejados no que diz respeito a funcionalidade do ensino para a vida escolar dos alunos inseridos nesses espaços, alguns dos fatores podem ser ou não internos que comprometem o avanço escolar, no entanto é pertinente observar todo o contexto em que as escolas pesquisadas se encontram, uma vez que o baixo índice de desenvolvimento não é medido apenas pela prática de ensino. O resultado é fruto de um conjunto de dados e tais dados em sua totalidade interferem diretamente no resultado, assim, diante das novas exigências atuais em relação à aprendizagem e ao conhecimento, é relevante destacar que os órgãos governamentais, a escola, a sociedade, as mídias, dentre outros, são de suma importância para a melhoria da educação no país. Discutir a necessidade de desenvolver mecanismos para solucionar os problemas que interferem no avanço da aprendizagem dos alunos, em especial, no que diz respeito ao efetivo aprendizado e da permanência é pertinente que haja um envolvimento de todos os sujeitos inseridos neste contexto.

Sendo assim, o estudo terá como foco os resultados das avaliações externas, as políticas públicas de educação implantadas que tratam acerca da formação docente e gestora, de questões que envolvem a aprendizagem e aprovação no contexto educacional, com vista aos dados apresentados pelos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, bem como com os desafios enfrentados pelas escolas do município de Xique-Xique, na Bahia em relação a melhoria da qualidade da educação e dos resultados do IDEB. Na tentativa de compreender os resultados do IDEB das escolas pesquisadas, optaremos por uma metodologia que permita pesquisar o fenômeno em seu contexto, visando descobertas a partir da realidade em que os fatos se configuram, com vista ao melhor entendimento e ao levantamento de ações mais efetivas para resolução dos problemas detectados.

1. AVALIAÇÕES EXTERNAS E OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

As escolas brasileiras na atualidade enfrentam muitos entraves no que diz respeito a qualidade da educação, diversos problemas existenciais interferem diretamente no avanço escolar, na permanência, na aprovação e no sucesso escolar, problemas que estão diretamente ligados ao baixo resultado que os dados fornecidos pelas avaliações externas, como a Prova Brasil e do Censo escolar, fonte de informação para análise que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) utiliza para avaliar o fluxo de aprendizagem e aprovação de cada contexto escolar do país. Tais resultados indicam que grande parcela das escolas do Brasil, apresenta um baixo desempenho por parte do alunado, principalmente decorrem da falta de proficiência leitora, escrita e matemática, saberes pertinentes para a aquisição das competências e habilidades das diversas áreas de conhecimento. Para calcular os dados do IDEB, as notas técnicas e nota informativa dos indicadores são pilares para mensurar com eficiência os resultados e informações que quantificam o índice de desenvolvimento de cada instituição educacional. Para tal processo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) utiliza alguns procedimentos. Segundo o Inep (2018),

Os resultados do Ideb 2017 para escola, município, unidade da federação, região e Brasil são calculados a partir do desempenho obtido pelos alunos que participaram do SAEB 2017 e das taxas de aprovação, calculadas com base nas

informações prestadas ao Censo Escolar 2017. Dessa forma, cada uma dessas unidades de agregação tem seu próprio Ideb e metas estabelecidas ao longo do horizonte do PDE, ou seja, até 2021. (INEP, 2018)

Neste sentido, vale destacar que as escolas com baixo índice de desenvolvimento, apresentam em seu contexto diversos obstáculos para avançar qualitativamente acerca do ensino ofertado, comprometendo o aprendizado dos alunos e gerando maior índice de reprovação escolar. Pois, o IDEB apresenta a reprovação, como um critério bastante relevante para o baixo índice de desenvolvimento das escolas. Assim, o aluno com dificuldades para aprender os conhecimentos escolares, não conseguem participar do processo ensino-aprendizagem efetivamente e acaba perdendo o estímulo para permanecer naquele espaço. São situações problemáticas que vem gerando em muitos casos, um fracasso escolar e contribuindo para a reprovação dos alunos que é fator preponderante para o aumento do desinteresse em relação aos estudos, o que leva em muitos casos a evasão escolar.

Como afirma Sánchez (2003),

É evidente que o fator causal do fracasso escolar, o fator comum que subjaz às suas três expressões, tem relação direta com a língua escrita, como a alfabetização inicial e com a compreensão da leitura. As crianças:

-REPETEM porque não se alfabetizam nem em oportunidade e nem na forma prevista por seus professores.

-DESISTEM após dois ou três anos de repetência, porque não terminam de aprender a ler e a escrever, e,

- APRESENTAM BAIXO RENDIMENTO porque não compreendem o que lêem, não podem estudar, não podem refletir sobre o que lhes é ensinado. (SÁNCHEZ, 2003 In TESKE et al, 2003, p. 21)

O autor há muitos anos atrás já apresentava como destaque que os problemas que a escola enfrenta estão ligados a não alfabetização dos alunos no período pertinente de cada indivíduo e a reprovação contínua devido à falta de competência no que se refere a leitura e escrita, ressaltando a aprendizagem dos conhecimentos que ficam comprometidos e acabam desestimulando o sujeito a permanecer na escola. Diante disso, podemos salientar que todos os conhecimentos educacionais perpassam pelo saber ler, escrever e calcular, sem tais conhecimentos o sujeito não consegue realizar as propostas educativas da escola, estes saberes são fundamentais no

processo de ensino-aprendizagem e estão inter-relacionados aos demais conhecimentos escolares e as práticas sociais.

A aprovação e reprovação no ambiente escolar é um problema existencial, todos os anos a escola ao realizar o Censo escolar, fornece alguns dados em relação a quantidade de alunos que foram matriculados, os desistentes e os reprovados. Por meio desses dados é realizado um cálculo, o qual descreve a situação da escola em relação ao indicador de fluxo de aprovação, quando a escola reprova muitos alunos, o indicador de fluxo contribui para diminuir a nota do IDEB, demonstrando que a escola não está cumprindo com o seu papel e os seus objetivos que envolvem a formação educacional dos alunos.

E acerca da avaliação, que é um dos outros mecanismos que norteiam o IDEB, podemos salientar que o processo avaliativo ainda precisa conduzir outras estratégias metodológicas mais significativas, com vista a alcançar resultados positivos na aprendizagem efetiva do alunado, pois, como Luckesi (2005) destaca, a avaliação como exame excludente não contribui para a aprendizagem, o ato de avaliar como diagnóstico pode colaborar para o avanço escolar, pois a avaliação em seu processo é um instrumento para medir o conhecimento, tal medição, muitas vezes se torna um instrumento de exclusão, o aprovar ou reprovar em diferentes contextos de aprendizagem são mecanismos de punição para os alunos e rever tal procedimento, retomando conhecimentos ainda não adquiridos pelos alunos ao longo do processo, reverte o poder negativo que a reprovação tem sobre a formação individual de cada sujeito e de suas especificidades, pois, o tempo de aprendizagem não é igual para todos.

Neste sentido, a escola tem papel fundamental na promoção do alunado e na sua formação educacional, no entanto, precisa buscar soluções para minimizar os problemas que afetam a qualidade do ensino-aprendizagem, neste sentido é pertinente ressaltar que todas as ações dependem de diversos fatores que muitas vezes estão ligados diretamente a escola e ao meio social que está inserido a sua clientela. E com tantas mudanças presentes no contexto atual, as dificuldades que a escola enfrenta, ela precisa buscar mecanismos e também rever a sua proposta escolar, tomando como base O que ensinar? Como pretende ofertar o ensino? Como pretende ensinar? E qual sujeito pretende formar? Alguns dos questionamentos necessários para nortear o caminho que a escola pretende seguir e conduzir os processos educativos e avaliativos.

Pois, com as novas demandas que sociedade contemporânea impõe, as propostas educativas de cada instituição de ensino sofrem interferências internas e externas, os saberes para atender as necessidades comunicativas, socioeconômicas e trabalhistas do mundo global que modifica tudo e todos. O professor deixa de ser o transmissor do conhecimento, já não é o detentor do saber, sua prática já não pode ser mais a mesma, pois as escolas vivem sob o comando das demandas sociais e dos avanços das tecnologias, dentre outros fatores. Assim, o ensino-aprendizado também tende a sofrer alterações para com o atendimento aos anseios sociais, demonstrando que os professores e os demais profissionais de educação como atores desse novo cenário, também precisamos atuar com sabedoria para alcançar os propósitos do contexto social e o sucesso escolar.

Nesta perspectiva podemos destacar o que o autor Libâneo (2004) já retratava bem tal situação quando afirma que “o mundo assiste hoje às intensas transformações, como a internacionalização da economia e as inovações tecnológicas em vários campos de saberes. Essas transformações levam à mudança no perfil desses diversos profissionais, afetando os sistemas de ensino”. (p. 28)

Não há como negar que os avanços tecnológicos transforma a cada dia todos os setores sociais, a educação também tem apresentado mudanças significativas com vista aos avanços das tecnologias, entretanto, os indicadores afirmam que a qualidade do ensino brasileiro ainda está comprometida, há falhas representativas no que diz respeito a melhoria do ensino, muitas das políticas públicas implantadas até os dias atuais ainda não conseguiram mudar em sua totalidade os resultados na promoção da aprendizagem. Estamos falhando no que diz respeito a alfabetização dos alunos na idade certa e, devido a tal, temos que que amargar um fracasso escolar que aumenta ainda mais as desigualdades e injustiças sociais.

Neste sentido, muitas escolas que apresentam dados negativos em relação aos indicadores de qualidade da educação, supostamente possuem em seu contexto alguns problemas estruturais e profissionais, seus espaços nem sempre condizem com o desejado, suas práticas gestoras e pedagógicas ficam aquém do esperado, não estão preparadas para atender as novas exigências que o mundo atual impõe. Assim, acabam fracassando em seus objetivos e provocando cada vez mais um atraso na aprendizagem de grande parcela dos alunos que estão inseridos nessas instituições escolares. Como ressalta Luckesi (2005, p. 16),

[...] Superar o fracasso escolar significa investir na qualidade do ensino, que tem como consequência direta o desaparecimento da reprovação; quem efetivamente aprende, a partir de um ensino de qualidade, não pode ser reprovado. Um ensino de boa qualidade investe na aprendizagem e não na aprovação nas séries escolares. (LUCKESI, 2005, p. 16).

O autor reforça a preocupação que aflige muitos estudiosos atuais da educação, a reprovação como instrumento contrário a melhoria da qualidade educacional. A ideia de que tantos profissionais de educação tem acerca da avaliação, vem ocasionando problemas no que diz respeito a alfabetização dos alunos em seus diferentes contextos, pois, o aluno ao realizar as avaliações externas, que tem como propósito verificar a aprendizagem, durante o período que o estudante permanece no Ensino Fundamental I (EF) ou Séries Iniciais do EF e, que não consegue atingir a pontuação adequada, demonstram em sua totalidade dificuldades de aprendizagens em relação as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e comprometem os resultados e favorece a ideia de que há ineficiência nas escolas no processo de alfabetização dos códigos linguísticos e matemáticos. Com resultados negativos dos exames, fica comprovado que os alunos que não atingiram a meta desejada pelos indicadores de aprendizagem estão em situação de defasagem intelectual, gerando uma excludente situação de negação dos próprios sujeitos.

São avaliações que norteiam ao trabalho pedagógico das escolas, que indicando muitas vezes, que o insucesso da escola está ligado diretamente ao ensino-aprendizagem que vem sendo realizado no espaço escolar, pois como destaca Luckesi (2001), a escola precisa investir na resolução dos problemas e buscar alternativas para garantir a qualidade do ensino, de maneira a oportunizar a todos que avancem qualitativamente nos estudos, mesmo com as especificidades, pois só assim, podemos alcançar melhores resultados no que diz respeito a formação dos sujeitos e reduzir os índices de desigualdades sociais tão presentes nos dias atuais.

A escola é espaço para muitos sujeitos de ascensão social, mas a exclusão social que muitos sujeitos enfrentam são decorrentes da relação que tiveram com a escola, permanecer ou evadir, interferem na vida futura de cada criança que ingressa nos espaços escolares. Deste modo, precisamos investigar as causas que levam crianças e adolescentes a não aprendizagem no período adequado, pois a falta do domínio dos conteúdos escolares são pilares norteadores para a evasão escolar e a repetência. Assim, buscando

mecanismos que contribuam para a garantia da aprendizagem satisfatória no período de ensino desejado, a escola poderá favorecer a muitos estudantes a aquisição dos saberes escolares e possibilitar a continuidade dos estudos em anos posteriores, pois a permanência depende de vários fatores e, um deles, está intimamente ligado ao fato de que os alunos precisam dominar as competências e habilidades para compreensão dos conteúdos programáticos. Diante disso, as escolas precisam transformar os sujeitos e suas realidades, possibilitar a todos o acesso não é o suficiente, pois vivemos um momento de mudanças e precisamos estar atentos para também avançar educacionalmente.

A educação é um direito de todos garantido na Constituição Federal, mas diante de tantos problemas que as instituições de ensino enfrentam, o direito a educação fica comprometido. Tendo em vista tal situação, podemos destacar em relação ao acesso e permanência, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, documento que norteia a educação do país,

“a educação é um processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam conhecimentos e valores. Socializar a cultura inclui garantir a presença dos sujeitos das aprendizagens na escola. Assim, a qualidade social da educação escolar supõe a sua permanência, não só com a redução da evasão, mas também da repetência e da distorção díade/ano/série”. (BRASIL, 2013, p. 20/21).

Como destaca as Diretrizes Curriculares, a qualidade de ensino é prioridade para reduzir os índices de reprovação e evasão, tais problemas são os maiores obstáculos para que a lei seja cumprida, uma vez que, a aprendizagem de conhecimentos garante aos alunos maior estímulo para prosseguir nos estudos, na ausência, os sujeitos perdem o interesse e as chances de evadirem são maiores. Sabemos que a busca pela escola para muitos indivíduos é a porta de saída de um mundo marginalizado e excludente, pois grande parcela da população brasileira se encontra em situações de pobreza ou de extrema pobreza.

Como descreve Sánches (2003) o “circuito do desânimo” é composto por pessoas de baixo poder aquisitivo e com pouca escolaridade, são sujeitos que ficam a margem da sociedade, estão excluídos em todos os sentidos e, as crianças oriundas desse circuito, tendem a não aprender da mesma maneira que as crianças que estão em ambiente economicamente melhor. O maior diferencial entre os ambientes que tais crianças estão inseridas é o contato ou não com os bens culturais, em especial, materiais escritos.

Acerca desses ambientes, a maior parte da população com baixo poder aquisitivo, não tem acesso aos materiais escritos, são ambientes não favoráveis a aprendizagem da leitura, como também destaca Lajolo (2007),

Numa sociedade como a nossa, em que a divisão de bens, de rendas e de lucros tão desigual, não se estranha que desigualdade similar presida também à distribuição de bens culturais, já que a participação em boa parte desses últimos é mediada pela leitura, habilidade que não está alcance de todos, nem mesmo de todos aqueles que foram à escola. (LAJOLO, 2007, p. 106).

A autora reforça o entendimento acerca dos ambientes familiares que não contribuem para a formação intelectual dos alunos, pois, não podemos deixar de discutir que as desigualdades, no que diz respeito ao acesso a escrita impedem avanços escolares para aqueles que se encontram a margem do saber. A oportunidade de aprender se difere quando levamos em consideração a aproximação do sujeito com os conhecimentos, as crianças que ingressam nas escolas e que não tiveram contato com materiais escritos ou que são filhos de pessoas não alfabetizadas, tendem a apresentar mais dificuldades na aquisição dos saberes. Elas vão aprender, porém precisam de mais tempo que as demais crianças, pois os saberes que deveriam estar em construção no seio familiar, passam a ser responsabilidades da escola e com isso, o processo fica mais lento e tardio.

Assim, a escola é espaço de interação, no qual os sujeitos interagem entre si e entre os saberes vividos e não vividos. Com tantos avanços sociais em seus diferentes setores, o mundo atual, contribui para a competitividade, os sujeitos, independentemente da sua origem, precisam dominar várias habilidades para viver socialmente e ingressar no mercado trabalhista e, devido a essa competição, a escola vem sofrendo mudanças representativas no que diz respeito a prática pedagógica, com vista a atender a tal situação, os alunos precisam avançar nos estudos e adquirir diferentes competências e habilidades que colaborem para terminar os estudos e que ao final sejam capazes de realizar atividades diversas no setor trabalhista e em outros setores da sociedade. Como afirma Maria (2002, p. 20):

[...] Empresas contemporâneas necessitam de profissionais que tenham ótimo desempenho de leitura, não apenas para que sejam capazes de ler e decodificar manuais de instrução de máquinas sofisticadas; necessitam de pessoas que não se limitem à execução passiva de normas e atitudes

mecânicas, mas que saibam pensar, interagir com situações novas e habilmente tomar decisões. Isto significa pessoas que tenham bom nível de leitura geral, o que implica, sem dúvida, razoável leitura de mundo, informações generalizadas sobre questões contemporâneas e domínios de habilidades que permitam a esse profissional, construir e reconstruir autodidatadamente o seu saber.

Segundo Maria (2002), a leitura somente para a decodificação de códigos não atende mais as demandas sociais, o sujeito precisa compreender o que ler em seus diferentes contextos. Nessa perspectiva, as avaliações externas vem buscando verificar se os alunos são alfabetizados linguisticamente e matematicamente, é mais do que realizar uma interpretação de símbolos linguísticos e matemáticos é compreender o contexto em que a escrita está inserida e qual a sua finalidade, para a resolução das questões os alunos necessitam de maior entendimento e habilidades, a alfabetização e o letramento são perspectivas necessárias ao conhecimento dos estudantes que realizam tais exames, a proficiência leitora é pilar para garantia de resultados mais promissores.

Os alunos que não adquirem o letramento desejado e não são alfabetizados durante os primeiros anos das séries iniciais do Ensino Fundamental I, acabam obtendo pouco rendimento nas avaliações tanto internas, quanto as externas. É bastante perceptível que as avaliações acabam sendo ferramenta de comparações entre os indivíduos, ocasionando uma exclusão silenciosa, haja vista que, os alunos que não obtém notas favoráveis acabam sendo submetidos a recuperação e quando não conseguem atingir as metas esperadas, os alunos são reprovados. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1997) reforçam que,

Desde o início da década de 80, o ensino de Língua Portuguesa na escola tem sido o centro da discussão acerca da necessidade de melhorar a qualidade da educação no País. No ensino fundamental, o eixo da discussão, no que se refere ao fracasso escolar, tem sido a questão da leitura e da escrita. Sabe-se que os índices brasileiros de repetência nas séries iniciais – inaceitáveis mesmo em países muito mais pobres – estão diretamente ligados à dificuldade que a escola tem de ensinar a ler e a escrever. Essa dificuldade expressa-se com clareza nos dois gargalos em que se concentra a maior parte da repetência: no fim da primeira série (ou mesmo das duas primeiras) e na quinta série. No primeiro, por dificuldade em alfabetizar; no segundo, por não conseguir garantir o uso eficaz da linguagem, condição para

que os alunos possam continuar a progredir até, pelo menos, o fim da oitava série. (BRASIL, 1997, p. 19).

Assim, podemos perceber que o fracasso escolar também está intimamente ligado a repetência, a falta de competências e habilidades que envolvem a leitura e a escrita comprometem o processo de ensino-aprendizagem. A escola na busca de solucionar algumas questões de dificuldades de aprendizagens, utilizam instrumentos para melhorar a aprendizagem dos alunos com defasagem escolar, a recuperação que deveria ser instrumento para recuperar a aprendizagem, muitas vezes é utilizada somente para atender as questões burocráticas. O aluno que não atinge a nota desejada, passa por exames de recuperação para alcançar uma nota melhor, mas em muitos casos, a nota ainda é pior do que haviam alcançado. Neste sentido, percebemos que muitas práticas pedagógicas utilizadas para a recuperação precisam ser repensadas, pois recuperar os alunos na aprendizagem e não na nota são fundamentais para que os resultados sejam positivos em relação aos conhecimentos, pois a recuperação quando pensada e planejada para auxiliar na promoção dos alunos, se torna uma ferramenta para conhecer a diversidade de características dos sujeitos e o ritmo de cada um durante o processo de ensino-aprendizagem.

Neste sentido, podemos salientar que os resultados das avaliações externas de grande parcela das escolas públicas demonstram que muitos alunos chegam ao 5º ano do EF, sem o domínio das competências e habilidades necessárias a tal série/ano, os saberes que deveriam ter sido apreendido durante percurso que o aluno faz no Ensino Fundamental I, muitas vezes não atende as perspectivas, demonstrando que em algum dado momento, o ensino falhou ou deixou lacunas. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica em seu conjunto de dados, apresenta a situação real das escolas de todo o país, por meio do resultado das avaliações externas, a Prova Brasil, o IDEB avalia o conhecimento dos alunos e por meio dos indicadores de aprendizagem a escola pode perceber quais os conteúdos que não foram adquiridos pelos alunos. Assim, podemos destacar que a escola que teve baixo rendimento na Prova Brasil, em algum momento falhou na sua tarefa de promover a aprendizagem, haja vista que os conteúdos das avaliações são da base curricular da série/ano avaliado.

A aprendizagem precisa ocorrer desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, a escola precisa oferecer aos alunos a possibilidade de aquisição dos conhecimentos necessários a cada série/ano, o ensino não pode ser atropelado, pois os conteúdos de uma série/ano estão ligados aos outros

da série/ano posterior e, na ausência destes, o ensino-aprendizagem fica comprometido.

Com tantos avanços sociais e tecnológicos, as necessidades de aprendizagem também se modificam, os saberes escolares precisam atender as exigências do contexto social, o convívio com a diversidade de informações precisa ser orientada pela escola, com vista ao domínio de diferentes conhecimentos por parte dos indivíduos, uma vez que a escola para muitos alunos é a ponte para a ascensão social. Diante disso, podemos destacar muitas escolas não conseguem ser ponte para a ascensão social dos alunos, pois não cumprem sua função de formar sujeitos com competências e habilidades necessárias a vida social. Dentre as diversas responsabilidades educacionais que as escolas possuem, o ensino da leitura e da escrita nem sempre é cumprido. A alfabetização das crianças na idade certa como sugere a proposta educacional do governo federal, quando aumenta o Ensino Fundamental para nove anos, com ingresso das crianças com 6 anos de idade no primeiro ano, vem ocasionando transtornos significativos no que diz respeito a prática pedagógica.

Segundo Ferrari e Rapoport (2009, p. 09),

A mudança para o ensino fundamental de nove anos, na qual as crianças ingressam com seis anos no primeiro ano [...], faz com que se repense o trabalho a ser realizado, considerando-se as suas características. Ou seja, a proposta pedagógica precisa ter como ponto de referência as peculiaridades infantis, as características de desenvolvimento e aprendizagem e a realidade do contexto socioeconômico e cultural no qual os educandos encontram-se inseridos.

Nesta perspectiva, de acordo com a proposta do ensino fundamental de nove anos, as competências e habilidades que a escola precisa garantir ao longo desse percurso às crianças, está intimamente ligado ao respeito a infância, mas com vista ao ensino da leitura e da escrita, saberes que são metas necessárias para o avanço escolar. Tais competências e habilidades estão prevista em lei como obrigação dos espaços escolares, no que diz respeito a formação intelectual e social dos alunos. O guia de orientações acerca da prova Brasil e SAEB apresenta em seu contexto a importância que a escola precisa dar ao ensino da leitura e da escrita para garantir aos alunos uma educação de qualidade. Como ressalta Andrade,

Mais do que nunca, o desafio da educação continua sendo tornar o estudante competente para que possa ler e entender

aquilo que está registrado no mundo, nas diferentes situações de comunicação e nas diferentes tarefas de interlocução em que, como cidadãos, estamos inseridos. (ANDRADE ORG. 2009, p. 11)

Neste sentido, o ensino escolar é responsável pelo aprimoramento dos conhecimentos, compreender que os alunos precisam ter competências e habilidades para avançar em relação a sua aprendizagem perpassa o ensino do código escrito e matemático, função educativa ligada a alfabetização escolar. Para que os alunos possam participar efetivamente das avaliações externas promovidas pelo Ministério da Educação, a escola precisa investir em um ensino mais eficaz e de qualidade. A fragilidade que muitas escolas apresentam em relação ao sistema de educação que ofertam são identificados a partir dos resultados fornecidos pelas avaliações externas. Conforme dados do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que [...] composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala e tem como principal objetivo realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado. (INEP, 2017, p. 01).

Nesta perspectiva, podemos salientar que as avaliações são mecanismos de diagnóstico das aprendizagens, assim, podemos perceber que a proficiência linguística e matemática estão previstas em todos os indicadores da qualidade do ensino, não é mais concebível que a escola não consiga cumprir como a tarefa de ensinar aos alunos os conteúdos propostos de acordo a série/ano, não somente pelo domínio do código escrito e matemático, mais acima de tudo, no que diz respeito ao uso dos conhecimentos em relação ao ler, escrever e calcular nas diferentes situações de comunicação e interação social. A alfabetização em tempos modernos vai além do ler e do interpretar, fazer uso de materiais escritos com competência são condições fundamentais para formar um sujeito e garantir sua progressão escolar.

Solé (1998) destaca que,

Quem lê deve ser capa de interrogar-se sobre sua própria compreensão, estabelecer relações entre o que lê e o que faz parte dos eu acervo pessoal, questionar seu conhecimento e modifica-lo, estabelecer generalizações que permitam transferir o que foi aprendido para outros contextos diferentes. (SOLÉ, 1998, p. 72, IN. PORTO, 2005. p. 33)

No processo de formação intelectual dos alunos, muitas escolas ainda deixam lacunas que interferem nos avanços educacionais, ela sozinha não consegue promover desenvolvimento escolar, há uma emergência em formar parcerias com outros agentes sociais para concretizar o processo com eficácia. O meio social em que os sujeitos estão inseridos também são obstáculos que interferem nos resultados, devido a tal, nos dias atuais pesquisas demonstram que as escolas em que a família participa e/ou tem uma condição socioeconômica melhor, os alunos tendem a avançar qualitativamente. No entanto, os resultados negativos, no que diz respeito ao aprendizado efetivo de muitos alunos podemos retomar como já foi destacado anteriormente, são decorrentes de crianças oriundas de lares com pouca escolaridade e de baixa renda, demonstrando que a desigualdade socioeconômica pode ocorrer em muitos casos como obstáculo de interferência para uma formação educacional mais concreta. Como afirma Sánchez,

Desde os primeiros anos da escola básica vai-se criando uma brecha entre os que dominarão a língua escrita e aqueles que não o farão. A diferença do ponto de partida entre as crianças provenientes de meios privilegiados e de crianças provenientes de setores populares, ou marginais, nunca diminui e muito menos se recupera, porque não se trata de um atraso temporal, mas sim de um abismo cada vez mais sem salvação. (SÁNCHEZ, 2003, p. 25. In TESKE et al, 2003, p. 25)

Como destacou o autor, não há como recuperar as desigualdades, entretanto, precisamos buscar outros mecanismos que diminuam as distâncias sociais e de aprendizagens tão presentes nas instituições escolares, os alunos precisam ter as mesmas oportunidades de aprendizagem. Para atender ao que acabamos de descrever, as escolas de todos o país vêm sendo orientadas acerca da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), proposta do governo Federal e do Ministério da Educação, para diminuir as disparidades de aprendizagem em todo o país, tal proposta sugere a elaboração do currículo e das propostas pedagógicas, comum a todas as instituições de ensino, garantindo a todos as mesmas aprendizagens. É uma proposta que reforça a ideia de que todos precisam ter as mesmas oportunidades de aprendizagem, independentemente de sua localização geográfica e de seu poder aquisitivo.

A proposta da BNCC já está sendo discutida nas escolas públicas e privadas, mas o que percebemos é que a falta de informação ou de entendimento, vem comprometendo sua implantação, não se sabe se tal situação decorre

do descaso presente e constante no mundo atual em relação ao cumprimento das leis e propostas, o que percebemos é que ao afirmarmos que todos os sujeitos têm direitos a educação, é preciso acima de tudo garantir a todos o acesso à educação que é uma meta prevista e garantida em lei, mas que no entanto, as escolas com práticas pedagógicas inadequadas e com a não proliferação do conhecimento tendem a reforçar as questões que impossibilitam a permanência dos que ingressam. Assim, a falta de qualidade do ensino em muitos ambientes escolares, ainda é um dos problemas que afetam diretamente a promoção escolar de muitos alunos em todo o país.

No Ensino Fundamental e, nas demais etapas da Educação Básica, a qualidade não tem sido tão estimulada quanto à quantidade. Depositar atenção central sobre a quantidade, visando à universalização do acesso à escola, é uma medida necessária, mas que não assegura a permanência, essencial para compor a qualidade. Em outras palavras, a oportunidade de acesso, por si só, é destituída de condições suficientes para inserção no mundo do conhecimento. (BRASIL, 2013, p. 21)

Desse modo, assegurar o acesso, a permanência e o sucesso vem sendo um desafio para o avanço na qualidade educacional do Brasil, pois no processo democrático educativo, nos deparamos com obstáculos que interferem nos resultados e que levam ao fracasso escolar, os dados presentes em pesquisas e avaliações externas do contexto da educação pública, aponta a evasão e a repetência como indicadores que interferem diretamente nos resultados. Escolas com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica abaixo da meta desejada, como apresentado na introdução, apresentam nas informações fornecidas, dados representativos de reprovação nas séries iniciais do Ensino Fundamental, dados alarmantes. Que nos preocupa, uma vez que, o país, o estado e o próprio município de Xique-Xique vem avançando em relação a implantação de Políticas Públicas Educacionais para atender as necessidades de aprendizagem e de formação do alunado, bem como formação dos profissionais e de garantia de infraestrutura e fornecimento de materiais e recursos didáticos e outros, para equipar e possibilitar um ambiente favorável ao ensino-aprendizado.

No entanto, as escolas ainda não conseguem garantir a permanência efetiva dos alunos, nos questionamos em relação os investimentos educacionais previstos em leis se atendem as reais necessidades das escolas com

resultados negativos, a implantação das Políticas Públicas Educacionais como pertinentes aos problemas existenciais nos ambientes escolares, bem como acerca da fiscalização do emprego dos recursos públicos destinados a melhoria da qualidade da educação nas escolas com risco ao fracasso escolar pode estar de fato ocorrendo. São questionamentos que precisam ser pensados e estudados para maior compreensão dos obstáculos que interferem processo de formação dos sujeitos e melhoria da qualidade da educação.

Nessa medida, não podemos culpar os setores envolvidos, são situações decorrente de um conjunto de fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem. Pensando sob esta ótica, podemos destacar que as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica preveem que,

O compromisso com a permanência do estudante na escola é, portanto, um desafio a ser assumido por todos, porque, além das determinações sociopolíticas e culturais, das diferenças individuais e da organização escolar vigente, há algo que supera a política reguladora dos processos educacionais: há os fluxos migratórios, além de outras variáveis que se refletem no processo educativo. (BRASIL, 2013, p. 21)

Como podemos observar, a escola sozinha não pode resolver todos os problemas existenciais, na resolução dos empecilhos que afetam o avanço escolar, a escola e outras entidades governamentais e não governamentais precisam firmar parcerias para atender as demandas que dificultam o processo de ensino-aprendizagem. Uma parceria que percebemos que já acontece em todas ou quase todas as escolas do país, refere a implantação de políticas públicas educacionais propostas pelo governo federal. As políticas públicas são mecanismos de combater diversos problemas já detectados e comprovados que comprometem a qualidade da educação. Vale destacar que as políticas públicas são frutos dos anseios de todos os sujeitos envolvidos no contexto escolar.

No entanto, mesmo com tantos estudos na área de educação e com tantas afirmações acerca de que a falta de proficiência leitora é um obstáculo para o avanço escolar, percebemos que as políticas públicas já implantada não conseguem solucionar tal questão, o analfabetismo um dos fatores que mais atrapalham o processo educativo e, que é bastante discutido ao longo da história da educação brasileira, pois é a falta de domínio da língua escrita que muitos indivíduos possuem ou seja, o não saber ler e escrever com eficiência, levam grande parcela dos alunos a regredirem em seus

estudos e comprometem o avanço das aprendizagens diversas. Quando não há competências efetivas em relação a leitura e a escrita, os estudos não são aproveitados como deveriam ser e ficando a margem dos saberes escolares, deixam de atingir as metas que a escola almeja, o que levam ao desencanto pela escola, fator de risco para a evasão e desistência.

Infelizmente, nos deparamos com tal situação durante muito tempo e, é cada vez mais preocupante tal problemática, os programas e ações das políticas públicas precisam necessariamente conduzir mecanismos com fins a melhorar não somente as práticas pedagógicas, mas tudo que está interligado ao contexto em que elas se conduzem. O ensino precisa prever um aprendizado com possibilidades de compreensão dos conteúdos a todos os alunos, independentemente de sua condição social, cultural e econômica. A escola precisa agir frente a tantos problemas existências, precisa investir junto ao governo federal em programas que de fato atenda as demandas reais e permanentes no que diz respeito a formação docente, a formação gestora e dos demais profissionais de educação. Sabemos que os professores são atores indispensáveis no cenário educativos, são através de suas práticas que atingimos diretamente os alunos, mas o professor não trabalha sozinho, todos os sujeitos presentes naquele contexto escolar interatuam a disposição da educação.

Diante disso, percebemos que com a implantação de políticas públicas educacionais voltadas para as reais necessidades educacionais das escolas públicas do país, em especial, com vista a conduzir melhor as práticas educativas voltadas para o ensino-aprendizagem dos saberes escolares nos espaços educativos, poderemos diminuir os índices de analfabetos funcionais tão presentes na sociedade e obter melhores resultados nos indicadores de aprendizagem.

Quando destacamos o analfabetismo funcional como obstáculo para o avanço da educação, o fazemos por percebermos que nenhum sujeito consegue avançar sem as competências e habilidades que envolve a formação leitora, não há como negar que em todos os campos da educação, a leitura é fundamental para a compreensão dos conteúdo das diversas áreas do conhecimento, a ausência dela, impossibilita a apropriação de outros conhecimentos. Neste sentido, vale ressaltar que segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional-Inaf (2018),

Os Analfabetos Funcionais – equivalentes, em 2018, a cerca de 3 em cada 10 brasileiros – têm muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita e das operações matemáticas

em situações da vida cotidiana, como reconhecer informações em um cartaz ou folheto ou ainda fazer operações aritméticas simples com valores de grandeza superior às centenas. (INAF, 2018, p. 08).

Os dados nos mostram que do modo em que o processo educativo vem sendo conduzido, ainda estamos colaborando para aumentar os índices de sujeitos que não adquiriram as competências da leitura e da escrita durante a sua estadia nos espaços escolares. Partindo desse princípio, os dados nos conduzem a perceber que há uma necessidade emergencial de investigarmos quais os obstáculos que as escolas enfrentam na promoção dos estudantes, em que de fato precisam melhorar, qual sujeito queremos formar e como devemos atuar nos espaços de ensino-aprendizagem com vista a uma formação educacional com aprendizagem efetiva das competências e habilidades necessárias a utilização dos seus conhecimentos em situações cotidiana e sociais. Segundo Kleiman (2007, p 16),

As práticas desmotivadoras, perversas até, pelas consequências nefastas que trazem, provêm basicamente, de concepções erradas sobre a natureza do texto e da leitura, e, portanto, da linguagem. Elas são práticas sustentadas por um entendimento limitado e incoerente do que seja ensinar português, entendimento este tradicionalmente legitimado tanto dentro como fora da escola. É dessa legitimidade que se deriva um dos aspectos mais nefastos das práticas limitadoras que discutiremos: elas são perpetuadas não só dentro da escola, o que seria de se esperar, mas também funcionam como o mecanismo mais poderoso para a exclusão fora da escola. (KLEIMAN, 2007, p.16).

Contudo, buscamos reforçar que o ensino brasileiro ainda apresenta dificuldades para avançar na qualidade da educação, são muitos os esforços para transformar tal realidade, mas precisamos atingir diretamente no foco. Precisamos de alternativas efetivas e eficaz no que diz respeito a formação dos alunos em suas competências e habilidades educativas, base preponderante para alcançar melhores resultados na aprendizagem do alunado. Enfim, as políticas públicas educacionais precisam de fato atender aos seus reais objetivos e propostas, pois só com ferramentas efetivas e possíveis, os resultados do IDEB e a qualidade das escolas públicas que apresentam resultados abaixo do desejável possam avançar e contribuir na melhoria do ensino ofertado em todos os espaços escolares do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que os investimentos em estudos que discutem a formação docente e as Políticas Públicas de Educação vem sendo intensificados ao logo dos anos, com novas vista a observar os contextos escolares e as propostas que contribuem na orientação de gestores e de docentes no que diz respeito a melhorar a qualidade da educação e aos avanços nos resultados e metas dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Acerca das práticas educativas voltadas para o ensino da leitura, da escrita e das quatro operações matemática, a estrutura física dos espaços escolares, a formação gestora e a participação da família, algumas instituições ainda estão em situação precária ou indesejável, provocando inquietações que instigam a necessidade de investigação mais profunda para compreendermos os reais obstáculos que tanto alteram os resultados.

As instituições escolares públicas do país apresentam resultados diferentes, principalmente, aquelas que estão localizadas em locais com alto indicativos de vulnerabilidade, uma vez que sofrem muitas mudanças representativas de acordo ao contexto que se encontram, implicando em distorção ensino aprendizagem. Neste sentido, algumas abordagens precisam ser repensadas de modo a contribuir com mudanças efetivas no ensino de Língua Portuguesa e de Matemática que tem sido conduzido no espaço escolar.

Sendo assim, este estudo com foco os resultados do IDEB, visando os resultados que atentam para a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas e a taxa de aprovação dos alunos do 5º ano do país, em especial, das escolas municipais de Xique-Xique que obtiveram baixo resultado, podem apresentar aspectos que venham a contribuir um o levantamento dos mecanismos que afetam os resultados das instituições públicas e a partir desta verificação possamos compreender como novos processos educacionais possam ser implantados e conduzidos para transformar a realidade das escolas pesquisadas, bem como nortear o trabalho de outras escolas que passam pela mesma situação.

Nesta perspectiva, observamos que é importante discutir acerca da relevância que os programas e as ações das Políticas Públicas Educacionais brasileiras implantadas têm, bem como o acompanhamento e a fiscalização das mesmas, principalmente, as que estão voltadas para a formação gestora e docente e para as práticas pedagógicas que integram o ensino de Língua Portuguesa e Matemática. Assim, buscaremos ao longo da pesquisa que ainda

está em processo, verificar as políticas públicas que buscam propor condições necessárias a formação dos alunos com dificuldades de aprendizagem inseridos em escolas urbanas e rurais da rede municipal de Xique-Xique, com vista a melhorar a qualidade do ensino pode ser uma garantia de avanços no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Contudo, embora um dos objetivos centrais dessa pesquisa que ainda se encontra em produção seja analisar o contexto escolar e as políticas públicas de educação é necessário perceber a formação e prática docente, o trabalho envolvendo a alfabetização e o letramento, para a formação e proficiência linguística e matemática, formação continuada no trabalho para melhoria da qualidade do ensino, buscando também observar a estrutura do espaço físico da escola voltado para o ensino das competências e habilidades de Língua Portuguesa e de Matemática do 5º ano das séries iniciais do Ensino Fundamental I, bem como a participação da família/responsáveis na aprendizagem escolar. Essas situações são cruciais para o entendimento e conclusões do estudo, uma vez que oferecem subsídios relevantes e fundamentais para a pesquisa, bem como para compreensão da implementação das ações já implantadas nos espaços escolares pesquisados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gisele Gama (org.) **Língua Portuguesa: Orientações para o professor, Saeb/Prova Brasil, 4ª série/5º ano, ensino fundamental**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

ASSIS, Maria Cristina de. **Metodologia do trabalho científico**. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/clv/images/docs/modulos/p2/p2_4.pdf Acesso em: 09 de out. 2017

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Circulares nacionais – Língua Portuguesa**, Brasília: MEC/SEEF, 1997.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009. Acesso em 20 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INAF, **Indicador de Alfabetismo Funcional**. Acesso em: 20 de dezembro de 2018. Disponível em: http://acaoeducativa.org.br/wpcontent/uploads/2018/08/Inaf2018_Relatório-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**. Portal do Governo Brasileiro. Acesso em 15 de jan. 2019 disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 6 ed. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. - 5. Ed. - São Paulo: Atlas, 2013.

LIBANÊO, José Carlos. O campo do conhecimento pedagógico e a identidade profissional do Pedagogo. In: _____. **Pedagogia e pedagogos para quê?**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004, Cap. 1, p. 25-41.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2001

KLEIMAN, Angela. **Oficina de leitura: teoria e prática**. 11 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

MARIA, Luzia de. **Leitura & colheita: livros, leitura e formação de leitores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PORTO. Márcia Flávia. FERREIRA, Maria Beatriz. **Leitura: um processo de produção de sentido**. Ponta Grossa: UEPG/CEFORTEC, 2015.

RAPOPORT, Andrea. (Org.). **A criança de seis anos: no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

SÁNCHEZ, Carlos. **A escola, o fracasso escolar e a leitura**. In: TESKE, Ottmar. [et. al.]. **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2003.